

# Caça aos professores fora das salas de aula

Secretária de Educação quer devolver às escolas profissionais cedidos a outros órgãos e até os lotados em seu gabinete

João Carlos Leal

**A** Secretaria estadual de Educação lançou-se à caça de 1.084 professores que estão fora de sala de aula, requisitados por outros órgãos públicos. A estratégia adotada pela secretária Mariléa da Cruz é simples: quem requisitou deve devolver os servidores emprestados ou arcar com o ônus de pagar os seus salários. Desde o começo de fevereiro, a secretária vem enviando ofícios nesse tom para todo órgão público onde é detectada a presença de algum professor estadual.

Mariléa também optou por uma medida radical: enviar às escolas com carência de professores todos os que tra-

balham no seu gabinete, nas dez coordenadorias regionais e nas quase 90 agências de administração escolar espalhadas pelo Estado. A resolução, publicada no Diário Oficial de segunda-feira, só não se aplica aos professores que estiverem exercendo cargo em comissão ou funções gratificadas.

Embora não informe quantos dos ofícios pedindo uma definição sobre os professores requisitados foram respondidos, a Secretaria de Educação garante já ter registrado o interesse de alguns setores em devolver servidores. Para Mariléa da Cruz, esse é um sinal claro de que esses servidores não eram tão necessários como a requisição fazia crer e que poderiam estar simplesmente

te encostados, ao abrigo do trabalho.

Segundo o levantamento feito recentemente pela Secretaria, dos 1.084 professores retirados de sala de aula, 471 foram postos à disposição dos poderes Legislativo e Judiciário — e não apenas do Estado, como também de vários municípios fluminenses e da própria União. Além desses, 209 estão espalhados por diversos setores da administração direta. Os outros 404 foram cedidos a instituições filantrópicas.

Para reduzir o déficit de professores em salas de aula, além de tentar reaver os profissionais requisitados, Mariléa decidiu refazer até mesmo os convênios com as instituições filantrópicas. A secretária quer não apenas rever o núme-

ro de servidores cedidos como também checar se o tipo de profissional requisitado tem realmente as características necessárias para prestar o serviço de que as instituições necessitam. A Secretaria também desconfia de que algumas das instituições são apenas de fachada e não prestam qualquer trabalho relevante para sociedade.

A despeito, contudo, das iniciativas da Secretaria de Educação, o total de professores requisitados parece ter crescido ao longo do Governo Marcello Alencar. Num levantamento anterior, feito em abril do ano passado por solicitação do deputado Neurobis Nagae (PT) — na época, presidente da Comissão de Educação da Assembléia Legis-

lativa — o total de professores requisitados era de 772. Ou seja, em menos de um ano, mais 312 professores foram retirados das salas de aula.

Por esse primeiro levantamento da Secretaria de Educação enviado ao deputado Neurobis Nagae, a Prefeitura do Rio é a que mais requisitou professores estaduais. Ao todo, estão sob ordens do município 228 deles. Em seguida, vêm UERJ (com 64 professores requisitados), Assembléia Legislativa (com 58), a Secretaria estadual de Cultura e Esporte (com 52) e a Secretaria estadual de Justiça e Interior (com 47). A Secretaria de Educação, contudo, prefere não trabalhar mais com esses números, que considera defasados. ■